

**Declaração de rompimento da sociedade civil com o  
GT da Ferrogrão do Ministério dos Transportes**

29 de julho de 2024

Há um ano, o Ministério dos Transportes sugeriu, no âmbito da ação contra a Ferrogrão (ADI 6553) no Supremo Tribunal Federal (STF), que fosse criado um Grupo de Trabalho (GT), com participação de diferentes representantes do governo e da sociedade civil, para debater o projeto da Ferrogrão (EF 170). Infelizmente, apesar dos esforços da Subsecretaria de Sustentabilidade do mesmo Ministério, depois de nove meses desde nossa primeira reunião, atesta-se que este GT, criado pela Portaria 994/2023, não cumpre seu papel.

O que deveria ser um espaço de diálogo transversal e interministerial terminou esvaziado, sem que a Casa Civil enviasse sequer um representante a uma única reunião. O que deveria ser um espaço com participação da sociedade, dependeu da mobilização logística das próprias organizações e movimentos para assegurar suas presenças. E o que deveria ser um espaço de debates profundos terminou sendo um ambiente secundarizado e sem ressonância nos processos de tomada de decisão.

A tramitação de novos estudos sobre o projeto sem participação do GT é prova disso. A INFRA S.A. e o Ministério dos Transportes já divulgaram que os estudos, realizados pela mesma empresa autora dos anteriores, serão aprovados sem discussão, participação ou transparência. Além disso, a ANTT estipulou um cronograma de leilões para 2025 que já inclui a Ferrogrão, contrariando a decisão do STF e desrespeitando a urgente e obrigatória consulta livre, prévia e informada aos povos e comunidades da região.

Diante disso, o Instituto Kabu, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e a Rede Xingu+, membros da sociedade civil que integram o GT, anunciamos que, a partir de hoje, não mais participaremos do grupo. Juntamente com a Aliança #FerrogrãoNão, manifestamos nossa discordância e profunda preocupação pelo tratamento dado ao tema. Não mediremos esforços para barrar esses trilhos de destruição e seguiremos os diálogos com o governo federal de outras maneiras e em outras instâncias.

Ressaltamos que já existe um grande passivo ambiental e fundiário na região e que o projeto inicial da Ferrogrão possui estudos falhos, ignora impactos sinérgicos e

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

RECEBIDO: 29, 7 2024

HORA: 17:10

SIGILO: 0214SS.2024.12

ASSINATURA: Alexandre Dantas

cumulativos e desrespeita o referido direito à consulta dos povos e comunidades afetadas. A ferrovia resultaria no desmatamento de mais de 2 mil km<sup>2</sup> de floresta nativa, impactaria 4,9 milhões de hectares de áreas protegidas e afetaria pelo menos 16 terras indígenas, e diversos quilombos e comunidades tradicionais. Tudo isso para aumentar os lucros de grandes empresas transnacionais exportadoras de soja e milho.

O governo brasileiro precisa reconhecer a inconstitucionalidade do traçado da Ferrogrão e cancelar esse empreendimento perigoso. Do mesmo modo, é urgente promover a regularização fundiária, titulação de territórios quilombolas, demarcação das terras indígenas e a execução do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal na região. Projetos de infraestrutura e logística não podem seguir promovendo a destruição da Amazônia, do Cerrado e do futuro de todas e todos nós.

DOTO TAKAK  
IRE:563801602  
30

Assinado de forma digital  
por DOTO TAKAK  
IRE:56380160230  
Dados: 2024.07.29  
14:45:45 -03'00'

Instituto Kabu

Rede Xingu+

Aliança #FerrogrãoNão

Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)

PARTIDO SOCIALISMO  
E LIBERDADE P  
SOL:06954942000195